

... continuação

CENTENOR EMPREENDIMENTOS S.A.

	Glebas Florestais	Veículos Industriais	Construções Industriais	Máq. Equipamentos Industriais	Setor Manejo	Construções Cívicas – Manejo	Máq. Equipamentos – Manejo	Veículos – Setor Manejo	Móveis e Utensílios	Imobiliação e Uten- andamento	C.M. Diferença IPC/BTF	Total do Imobili- lizado
Depreciação acumulada	-	(576.126)	(24.501.829)	(12.941.771)	(895.711)	(30.091)	(308.484)	(15.618)	(230.310)	-	-	(39.499.940)
Valor Residual	827.950	2.235	143.142	1.195.415	383.287	433.264	37	-	23.948	-	-	3.009.278
Saldo em 31 de dezembro de 2016	827.950	2.235	143.142	1.195.415	383.287	433.264	37	-	23.948	-	-	3.009.278

6. Depreciações: Em 2016, contabilizamos as depreciações de 2014 e 2015 no primeiro trimestre de 2016, efetuamos os devidos ajustes, registrando assim aos valores da depreciação do período em questão. A partir de 05/2016, deixamos de operar e assim não foi mais depreciado o imobilizado. **7. Tributos e Contribuições Sociais:** Em 30/06/2000, a Companhia aderiu ao REFIS, e para amortizar juros e multas, utilizou Prejuízos Fiscais e Base Negativa da Contribuição Social Próprios. Os impostos abrangidos pelo REFIS, estão registrados pelo valor atualizado, diminuídos dos Prejuízos e Base Negativa da Contribuição Social e não foram ajustados para o valor presente. Em 23/11/2009, a Companhia entrou com pedido de parcelamento da Lei nº 11.941, de 27/05/2009 dos saldos remanescentes de impostos e contribuições dos programas Refis e das dívidas não parcelados anteriormente, junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil. Em 31/12/2016, o saldo devedor é de R\$ 323.182 (R\$ 336.583 em 31/12/2015). **8. Debêntures:** As Debêntures emitidas pela Companhia foram inscritas pelo FINAM – Fundo de Investimentos da Amazônia em seis emissões, nos exercícios de 1992, 1993 e 1999, sendo a quantidade de 17.383.752.930 conversíveis em ações, e a quantidade de 5.794.584.310 inconversíveis. O valor das inconversíveis para 31/12/2016 é de R\$ 4.216.012. As Debêntures têm as seguintes características: Valor Nominal original de uma unidade monetária da época, sendo o principal atualizado pela TJLP, a partir da efetiva integralização mais juros de 4% a.a., garantias flutuantes assegurando privilégio geral sobre os Ativos da Sociedade e garantia de bens móveis e imóveis; prazo de carência equivalente à implantação do projeto e vencimento em 05 anos. As Debêntures Conver-

síveis foram, em 28/02/2014, convertidas em ações preferencias nominativas classe "E". O Principal, com base na Medida Provisória nº 2058/2000, foi corrigido monetariamente e acrescido de juros capitalizados até agosto de 2000. Em 04/03/2013, a companhia obteve o CEI – Certificado de Empreendimento Implantado, emitido pelo Ministério da Integração Nacional e, a partir dessa data as debêntures passaram a ser corrigidas com base na variação da TJLP + 4% a.a. Em 28 de fevereiro de 2014, o FINAM – Fundo de Investimento da Amazônia, converteu em ações classe "E", as debêntures conversíveis, assim como também, parte das inconversíveis, conforme AGE de 28/02/2014. **9. Partes Relacionadas:** O saldo da conta adiantamento para futuro aumento de capital é composto por aportes da controladora Cetenco Engenharia S.A. Em 2016, há o saldo de R\$ 2.252.097, que será convertido em Capital. O saldo anterior foi convertido em 04/2016. **10. Capital Social:** a) Em abril de 2016, a sociedade promoveu um aumento de capital social no montante de R\$ 3.030.874, utilizando para isto parte do saldo da conta de adiantamento para futuro aumento de capital, b) O Capital Autorizado é de R\$ 193.000.000,00. O Capital Subscrito e Integralizado é de R\$ 60.350.341,50, assim distribuído, em ações sem valor nominal:

	Capital Subscrito e Integralizado	Qtde. Ações
Ações Ordinárias Nominativas Classe "C"	37.205.296,99	46.283.563
Ações Preferenciais Nominativas Classe "C"	7.418.271,47	59
Nominativas Classe "D"	4.330.739,03	62
Nominativas Classe "E"	11.396.034,01	126.020
60.350.341,50	46.409.704	

As Ações Ordinárias Nominativas têm direito a voto e as Preferenciais têm as seguintes características: a) Ações Preferenciais Classe "C", sem direito a voto que foram inscritas e integralizadas exclusivamente pelo Fundo de Investimento da Amazônia – FINAM, com os recursos previstos no Decreto-Lei nº 1376/74; b) Ações Preferenciais Nominativas Classe "D", sem direito a voto que foram inscritas e integralizadas exclusivamente pelo Fundo de Investimento da Amazônia – FINAM, com os recursos previsto no artigo 9º do Decreto-Lei nº 8167/91; c) Ações Preferenciais Nominativas Classe "E", sem direito a voto que foram emitidas em razão da conversão de debêntures, inscritas exclusivamente pelo Fundo de Investimento da Amazônia – FINAM, com os recursos previstos no artigo 5º do Decreto-Lei 8167/91. As ações Preferências possuem ainda, prioridade na distribuição de dividendo mínimo obrigatório sobre o Lucro Líquido, após as deduções estatutárias, prioridade no reembolso de capital em caso de dissolução e participação integral nos resultados nas mesmas condições das outras espécies e classes de ações.

11. Gestão de Risco Financeiro: Instrumentos financeiros: O cumprimento dos compromissos financeiros da sociedade são garantidos através de aportes financeiros conforme anotado na nota "9" destas demonstrações.

12. Descontinuidade Temporária: Diante do cenário econômico, a empresa resolveu suspender temporariamente as atividades operacionais, o que explica a ausência de receita operacional no ano base de 2016.

Conselho de Administração e Diretoria

José Luis da Cruz – Contador CRC 1SP 171.690/O-7 SPA

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Ilmos. Srs. Diretores da **Centenor Empreendimentos S.A.** – Ananindeua-PA
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Centenor Empreendimentos S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. **Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras:** Em nossa opinião, exceto pelo efeito descrito na seção a seguir intitulada "Base para Opinião com ressalva" as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centenor Empreendimentos S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras:** Conforme nota explicativa nº 6, os encargos de depreciação relativo ao período de 2014 e 2015 foram reconhecidos em 31 de março de 2016 no montante de R\$ 2.476.755,57. Consequentemente, o resultado do período findo em 31 de dezembro de 2016 está subavaliado em R\$ 2.476.755,57, no entanto o total do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016 apresenta o saldo de R\$ 126.090, adequadamente. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Descontinuidade operacional temporária:** Conforme nota explicativa nº 12, diante do cenário econômico que o país se encontra, a Empresa resolveu suspender temporariamente as suas atividades operacionais. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Conforme divulgada em nota explicativa nº 12, já comentado no parágrafo descontinuidade operacional temporária, a Empresa paralisou

temporariamente as suas atividades diante da situação econômica desfavorável que o país se encontra. Na auditoria das demonstrações financeiras, este assunto foi confirmado com base nas conversas com a administração e nos exames das contas de resultado. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas,

não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 10 de março de 2017.

Padrão Auditoria S/S
CRC SP 016.650/O-7 S-PASérgio Noboru Outaka
Contador CRC-1SP 129.531/O-9 S-PA